



QUARTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO CELEBRADO ENTRE A
CÂMARA DOS DEPUTADOS E A TRUE
ACCESS CONSULTING S.A., PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS, SUPORTE,
MANUTENÇÃO E GARANTIA DE
FUNCIONAMENTO DA SOLUÇÃO
FIREWALL CHECKPOINT FIREWALL-1.

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e doze, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor ROGÉRIO VENTURA TEIXEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a TRUE ACCESS CONSULTING S.A., situada no SCN - Quadra 5, Bloco A, n. 50, Torre Sul, sala 516, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o n. 03.369.656/0001-74, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seus Diretores, os senhores CELSO LUIZ CARVALHO DE SOUZA e ENILTON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR, ambos brasileiros, residentes e domiciliados em Brasília-DF, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Aditivo, em conformidade com o processo sob referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital do Pregão Eletrônico n. 23/08 e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

O presente aditivo decorre da prorrogação da vigência do Contrato, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 1º/4/12, com cláusula de rescisão antecipada para tão logo seja realizado procedimento licitatório para a execução dos serviços objeto deste Contrato.

A presente prorrogação de vigência encontra amparo no amparo no artigo 57, inciso II, da LEI, c/c o artigo 105, inciso II, do REGULAMENTO.

Este aditivo reajusta, ainda, o valor total contratado, com a aplicação do índice de 7,379% (sete inteiros e trezentos e setenta e nove milésimos por



cento), conforme previsto na Cláusula Sétima do Contrato original, calculado pela média aritmética simples das séries acumuladas de outubro/10 a setembro/11 do IGP-DI/FGV e do INPC/IBGE.

O Contrato ora aditado, com sua numeração alterada para 2008/069.4, passa a vigorar com sua redação modificada nas seguintes cláusulas:

“

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O preço total do presente Contrato é de R\$ 122.231,86 (cento e vinte e dois mil, duzentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos), considerando-se os preços unitários por subitem previstos na proposta da CONTRATADA, assim discriminados:

- R\$ 109.346,38 (cento e nove mil, trezentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos), referente ao subitem 1.1 – garantia de atualização do software;

- R\$ 12.885,48 (doze mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos reais), referente ao pagamento em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R\$ 1.073,79 (mil, setenta e três reais e setenta e nove centavos) - subitem 1.2 – serviços de manutenção e suporte técnico.

Parágrafo primeiro – O pagamento dos serviços relacionados à garantia de atualização de *software*, referentes ao subitem 1.1 do Anexo n. 1 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 23/08, entregues à Câmara dos Deputados e por esta aceitos definitivamente será feito através de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo órgão fiscalizador.

Parágrafo segundo – O pagamento relacionado aos serviços de manutenção, suporte técnico, e garantia de funcionamento do *software* da solução *firewall CheckPoint Firewall-1*, referentes ao subitem 1.2 do Anexo n. 1 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 23/08, executados pela CONTRATADA e aceitos definitivamente pela Câmara dos Deputados será efetuado em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo terceiro – O pagamento de cada parcela referida no parágrafo anterior será feito da mesma forma prevista no parágrafo 1º desta Cláusula.

Parágrafo quarto - A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e da Certidão



Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, todos dentro dos prazos de validade neles expressos.

Parágrafo quinto – O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da atestação da nota fiscal/fatura dos serviços e da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo sexto – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que tratam o art. 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pela Lei n. 9.711, de 1998, o art. 64 da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo sétimo – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

.....

CLÁUSULA NONA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto das Notas de Empenho n.s 2012NE001314 e 2012NE001315, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho:
01.031.0553.4061.0001 – Processo Legislativo
- Natureza da Despesa:
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente Contrato terá vigência de 1º/4/12 a 31/3/13, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II do artigo 105 do REGULAMENTO, a critério da CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro – O presente Contrato será rescindido tão logo seja realizado procedimento licitatório para a execução dos serviços objeto deste instrumento contratual.

Parágrafo segundo – Este Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

.....”



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições vigentes que não tenham sido expressamente modificadas por este Aditivo.

E, por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 4 (quatro) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 30 de março de 2012.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Rogério Ventura Teixeira
Diretor-Geral
CPF n. 292.707.311-20

Celso Luiz Carvalho de Souza
Diretor
CPF n. 578.745.301-87

Enilton Antônio do Nascimento Júnior
Diretor
CPF n. 551.947.961-53

Testemunhas: 1) _____

2) _____